

CEDI - P. I. B.
DATA 07.10.87
COD. TMD06

ÁREA INDÍGENA TENHARIN

Virgínia Valadão

Centro de Trabalho Indigenista

São Paulo

Agosto de 1987

Í N D I C E

Resumo das Recomendações

I - Apresentação

II - Área Indígena Tenharin do Rio Marmelos

1. Terra

1a. A Ocupação Territorial e o Processo de Delimitação da Área Tenharin

III - Área Indígena Tenharin do Igarapé Preto

1. A Situação Atual dos Tenharin do Igarapé Preto

IV - Desenvolvimento Comunitário

V - Saúde

VI - Educação Escolar

VII - Bibliografia

VIII- Anexos

RESUMO DAS RECOMENDAÇÕES

- 1 - Reivindicar junto aos órgãos competentes a homologação da Área Indígena Tenharin do Marmelos já aprovada pelo Grupo Interministerial em 1986;
- 2 - liberar recursos para a demarcação física da Área Indígena Tenharin do rio Marmelos;
- 3 - encaminhar novamente para o Grupo Interministerial a proposta de demarcação da Área Indígena do Igarapé Preto, elaborada em 1985;
- 4 - sugerimos que a FUNAI solicite ao DNPM que suspenda as autorizações de pesquisa e lavra na Área Indígena Tenharin do Igarapé Preto;
- 5 - abertura de um processo de indenização do solo contra a Mineradora Taboca Ltda., a ser pago em reflorestamento de 2.500 seringais e castanhais mais a madeira de lenha utilizadas para alimentar a usina nesses 17 anos (uma tora a cada 3 minutos);

- 6 - abertura de um processo de indenização sobre a exploração do subsolo baseado nos lucros anuais obtidos pela empresa, conforme relatórios do DNPM;
- 7 - aquisição de um caminhão afim de facilitar a vigilância da área e que permita também o transporte de doentes e o escoamento da produção agrícola e extrativa para Humaitá;
- 8 - sugerimos que a FUNAI faça um convênio com o hospital de Humaitá;
- 9 - sugerimos que a FUNAI elabore um novo planejamento médico que transcenda o nível emergencial e inclua práticas preventivas, além de trabalhar a questão de higiene básica e realizar levantamentos sobre as doenças de maior incidência na área;
- 10 - aquisição de um motor de popa para que os índios possam manter a vigilância nos limites naturais da área Indígena do Rio Marmelos;
- 11 - destinar recursos para combustível do caminhão e do motor de popa;
- 12 - no que se refere à educação escolar, sugerimos que a Administra-

ção da FUNAI de Porto Velho solicite assessoria das equipes de
educação das Administrações de Vilhena e do Acre que vêm acumu-
lando boas experiências nessa área.

*

RELATÓRIO DE VIAGEM À ÁREA INDÍGENA TENHARIN - JULHO DE 1987

I. Apresentação

O presente relatório refere-se à viagem de avaliação e consultoria realizada no mês de maio de 1987 à área indígena Tenharin, localizada à sudoeste do estado do Amazonas. Foram avaliadas a situação das terras e as condições atuais de sobrevivência dos grupos Tenharin, sejam nos aspectos desenvolvimento comunitário, saúde, educação, tutela e fatores outros considerados relevantes.

Após analisadas as várias situações decorrentes dos aspectos acima mencionados e realizadas várias discussões com os índios, elaboramos esse relatório que faz recomendações específicas quanto ao tipo de assistência e prioridades orçamentárias de cada item.

Para a elaboração deste relatório foram necessárias, além da viagem ao campo, visitas à FUNAI, MIRAD e DNPM em Brasília, a-

fim de localizarmos o processo de demarcação das terras e na tentativa de se obter dados oficiais sobre a exploração mineral que incide em uma das áreas Tenharin. Para a fase de pesquisas de campo e pesquisa junto aos órgãos oficiais foram gastos 30 dias de trabalho.

II - Área Indígena Tenharin do Rio Marmelos

1. Terra

A chamada área indígena Tenharin/Transamazônica, com 488.550 ha, foi proposta em 1985 e aprovada pelo Grupo Interministerial em 1986 mas até hoje não teve seu decreto de homologação assinado pelo Presidente da República, nem foram tomadas providências para a demarcação física da área.

Entendemos que a morosidade no processo de homologação dessa área justifica-se tão somente pela negligência com o encaminhamento da questão das terras indígenas uma vez que a área se encontra

tra totalmente enquadrada na abstrata categoria de "área sem conflitos" estabelecida como critério político de demarcação da FUNAI no governo da "Nova República". Em outras palavras, a área proposta não apresenta problemas de litígios pela posse das terras e não envolve indenizações de benfeitorias.

A rigor, apenas aos índios caberia indenização por uma parte de suas terras atualmente ocupada por fazendeiros e colonos, mas os Tenharin abriram mão dessa área em troca de algumas benfeitorias e um veículo que nunca acabaram ^{recebendo} e, principalmente, convencidos de que livre de litígios, a proposta de área atravessaria rapidamente os trâmites burocráticos.

1.a. - A Ocupação Territorial e o Processo de Delimitação da Área Tenharin

Os Tenharin integram um conjunto de grupos de fala Tupi que se localizam na região dos afluentes orientais do médio Madeira, auto-denominados Kawahiwa, do qual fazem parte os Parintintim,

Diahõi, Aparandi, etc. Acredita-se que os Kawahiwa migraram para a região durante a primeira metade do século XIX empurrados pela frente de expansão colonial do médio Amazonas durante o século XVIII. Todo o território compreendido entre os rios Madeira a oeste, Roosevelt a leste, Machado ao sul e Manicoré ao norte é território Kawahiwa desde a primeira metade do século XIX.

Deste modo, o território tradicional dos Tenharin após o processo migratório da primeira metade do século XIX, é constituído pelo vale do rio Marmelos acima das cachoeiras do curso médio, as quais passaram a constituir o limite norte até suas cabeceiras no sul. A oeste o limite era a divisória de águas dos afluentes do Marmelos com os do Maicy, onde começavam as terras dos Parintintim; para leste se estendia até o rio Branco, afluente oriental do Marmelos. O território assim definido pode ser entendido como área de perambulação Tenharim, enquanto existia uma concentração de "malocas grandes" ou aldeias no espaço compreendido entre o rio Preto e o Igarapé Mafui (Menendez, Miguel - Relatório da Situação Atual dos

Tenharin (Kawahiwa) do Rio Marmelos (FIPE), mimo., SP, 1984).

Desse território tradicional, (calculado em aproximadamente 394.000 ha), a FUNAI / INCRA definiram, em 1979, uma área de 394.000 ha para ser demarcada como terras Tenharin do Marmelos.

A definição da Reserva Projetada com base nos limites fixados em 1979, deixava definitivamente de fora o castanhal de nome Arara e o seringal do Igarapé do Inferno que, contudo, continuaram a ser explorados pelos Tenharin. Essa área permanece até hoje como um foco de tensão permanente entre índios e colonos ali assentados pelo INCRA.

Em 1985 a FUNAI cria um novo grupo de trabalho coordenado pelo antropólogo consultor do Polonoroeste, Miguel Menendez. Constatada a derrubada quase que total do castanhal Arara devido a ação depredatória dos colonos aliada a imensa ^{dificuldade} de se remover pessoas ali assentados pelo INCRA após 79 o novo GT tenta chegar a uma solução de consenso que não prejudique demais nem índios nem colonos.

Foi feito o seguinte acordo:

- a) - Os Tenharin deixam o seringal Arara para os colonos aí assentados. Exigem em troca uma caminhonete do tipo Toyota, um gerador elétrico, bomba para água, moto-serras, madeira para a construção das casas, telhas Eternit para as mesmas, etc. A FUNAI se comprometeu em arcar com essa indenização;
- b) - incorporação à Reserva projetada do Seringal do Igarapé do Inferno, sem afetar os colonos assentados no lado sul da BR-230;
- c) - incorporação à Reserva Projetada das cabeceiras do Rio Preto e do rio Marmelos.

Acordo feito, transcorreram-se dois anos sem que os Tenharin tenham recebido as benfeitorias nem o veículo prometido pela FUNAI — aliás vital para se alterar qualitativamente as relações dos índios com os regionais como explicaremos no item "desenvolvimento comunitário" — nem viram nenhum resultado concreto da proposta que tanto lhes custou. Nesse sentido, os índios retornam constantemen-

te à questão da perda de um castanhal de posse imemorial. Gostaríamos de salientar que os Tenharin vão sempre se considerar donos deste castanhal (apesar da perda de fato), pois como se sabe a terra para o índio tem sentido a partir de sua origem e ocupação.

Se por um lado, ao longo desses séculos os Tenharin sobreviveram às frentes extrativistas (resistindo através da fuga), sobreviveram às serrarias que, com autorização do IBDF, se instalaram na área indígena (expulsando os invasores), so sobreviveram à passagem da rodovia BR 230 (Transamazônica) por dentro de suas terras; por outro lado, só sobreviverão aos gigantescos projetos do INCRA para a região e à voracidade das mineradoras às custas de muita tensão e violência. É interessante observar que esse processo de expropriação vem acoplado à consciência que os índios adquiriram ao verem seus direitos à terra reconhecidos oficialmente quando das propostas de demarcação.

Voltemos um pouco ao conflito surgido em 1979. A ocupação indevida de colonos no território tradicional Tenharin à altura do

KM 140 da BR 230 seguida da liberação do local invadido para sua exploração por parte do IBDF, teve como resultado imediato a definição da Reserva Projetada Tenharin e a realocação dos colonos fora da mesma. Foram assentados pelo INCRA a partir do entroncamento com a estrada do Estanho, que leva à mineração do Igarapé Preto, dentro de parte da área dos castanhais e seringais que continuaram a ser explorados pelos Tenharin. Em 1984 chega ao auge a tensão entre índios e colonos nesse local (Menéndez, M. - Relatório de Atividades Desenvolvidas na Área Indígena Tenharin da 8a. DR, 1985).

Cabe aqui algumas considerações sobre a relação que se estabelece entre índios e colonos em área indígena: os colonos, a maioria também vítima do caos fundiário que envolve o país, invadiram a terra Tenharin após a abertura da Transamazônica. Com o processo de delimitação de 1979 o INCRA distribuiu lotes na área e oficializou a invasão. O castanhal que até então vinha sendo relativamente respeitado graças a ofensiva dos índios foi praticamente destruído. O representante dos colonos para a negociação, Sr. Eduardo Valdo-

miro Catuzzo, parece ter sido um dos primeiros a entrar na região e é o proprietário mais bem sucedido da área. Esse senhor procura manter relações amistosas com os índios, até que a terra se defina, salvo em épocas de grandes conflitos. Conforme depoimentos dos índios, no momento "a gente dorme, come e não paga nada... ele empresta dinheiro, é muito bonzinho...". É muito provável que essas relações amistosas mudem de caráter após a demarcação física da área, repetindo uma história já observada em outras regiões do país, pois, mais do que uma relação de respeito e amizade, os regionais estabelecem com os índios uma relação de "tolerância" imbuída de preconceitos e baseada em pequenas trocas, conscientes que são de estarem em terras alheias.

Voltando à questão da área, o GT de 1985 objetivou contornar os erros dos órgãos federais responsáveis pelo assentamento de colonos em áreas Tenharin e viabilizar uma proposta para a sobrevivência do grupo no menor espaço de tempo possível.

Quando de nossa visita ao Marmelos em maio de 1987, os in

dios tornaram a reivindicar a área do castanhal. Explicamos aos índios, em cima dos mapas, que a área de 488.550 ha proposta para o Marmelos já havia sido aprovada pelo Grupo Interministerial em 1986 e que seria bastante complicado e perigoso reiniciar todo o processo de revisão da área. Sugerimos então que o Castanhal fosse encaminhado paralelamente como um novo processo de identificação, sugestão que os índios acataram de imediato.

Por todo o exposto, entendemos que é absolutamente fundamental apressar a homologação da área já aprovada e encaminhar a DEMARCAÇÃO FÍSICA AINDA NO VERÃO DE 1987 e recomendamos que sejam destinados recursos para tal empreendimento por ser esse o item fundamental da sobrevivência do povo Tenharin do Marmelos e de sua reprodução enquanto grupo cultural. Sabemos da investida nas terras amazônicas no período do verão, especialmente por ser área objeto de projetos agrícolas e minerais. A demarcação da área, tal como está proposta, envolve linhas secas e rios. Os rios, limites naturais, podem ser controlados pelos próprios índios que neles realizam suas pescarias em locais determinados. Mas para que os índios

possam fazer a fiscalização total dos rios, recomendamos a compra de um motor de popa que possa ser adaptado numa voadeira já existente no PI, e que sejam previstos recursos de combustível para esse fim. Convém salientar que esses rios são frequentemente invadidos por garimpeiros. Os limites norte e oeste, linhas secas que dependem da abertura de picadas, só podem ser vigiados após a demarcação física da área. Se já é difícil manter o controle sobre a Transamazônica o que não dizer dos limites não demarcados. E para o controle do trecho da Transamazônica que incide sobre a Reserva Tenharim, é importante a aquisição de um veículo.

III. ÁREA INDÍGENA TENHARIN DO IGARAPÉ PRETO

Os Tenharin do Igarapé Preto, contatados por seringalistas por volta de 1950, passaram bruscamente a manter um contato permanente com a sociedade nacional a partir de 1969 através de uma empresa mineradora que se instalou em suas terras. Desde então os índios passaram a ser vítimas da dilapidação sistemática de seu patrimônio pela mineração Taboca que explorou, ininterruptamente, a casserita da região. Em troca, a empresa fornecia marmitas diárias aos índios.

Conforme Menendez, "... a atuação da mineradora ao longo desses 15 anos colocou os Tenharin numa situação particular: de donos de seu território passaram a ser virtuais "prisioneiros" da firma, já que ninguém entra ou sai da área da mineração sem passar pelo forte controle de segurança da empresa. O contato com a mineração, além da descaracterização cultural inevitável, levou os Tenharin a reduzirem praticamente a zero suas atividades tradicionais, particularmente aos de caráter econômico: roças praticamente não e

xistem mais, já que o pessoal passou a depender mais da "marmitex" do restaurante do que de suas próprias condições para a subsistência; as atividades extrativas também estão paralisadas após a derrubada pela mineradora de 2.205 árvores entre seringais, castanheiras e plantas frutíferas". (Menendez, Miguel - Relatório de Viagem aos Índios Tenharin, pg. 6, 1985).

Durante todos esses anos a FUNAI se manteve totalmente omissa diante da situação, contribuindo dessa forma com o enfraquecimento e submissão dos índios frente à empresa. Foi só com a passagem do GT de 1979 (que não formalizou proposta de área para o Igarapé Preto), que os índios vislumbraram alguma possibilidade de se tornarem, de fato e de direito, os donos de suas próprias terras. A partir de então os índios passaram a pressionar a empresa e em 1984 as relações se tornam extremamente tensas, como veremos a seguir.

Em 10 de fevereiro de 1984 a Mineração Taboca S/A envia uma carta à 8ª Delegacia Regional da FUNAI informando que em suas áreas (grifo nosso) de lavra do setor Igarapé Preto (que fornece alimentos, assistência médica e empregos aos índios) os Tenharin esta-

vam se opondo à realização dos serviços de topografia em uma área já pesquisada, próxima ao local onde residem. O documento informa ainda que os índios alegavam a propriedade das terras e que portanto, eles próprios iriam garimpar. A empresa solicita a interferência da Delegacia para prosseguirem as atividades na área legalmente liberada pelo DNPM.

Em ME nº 001/CS/8a.DR/84 o delegado substituto informa o Delegado em exercício da necessidade de definição da área, pois os índios não estavam permitindo os trabalhos de topografia. Na ocasião, os índios informaram os funcionários da FUNAI que grande parte da área que lhes pertencia e onde existiam grandes seringais havia sido desmatada pela mineração sem que esta lhes tivesse pago qualquer indenização e, por isso, iriam interromper os trabalhos da mineração.

Os funcionários da FUNAI informam ainda que a Mineração não ofereceu com exatidão as coordenadas geográficas da área, o que não lhes permitiu uma plotação oficial dos mapas.

Os índios decididos que estavam de trabalhar por conta própria, garimparam 958 kg de cassiterita que foram imediatamente a

preendidos pela empresa. A empresa solicita a intervenção da FUNAI que em 28/03/1984, envia uma equipe ao Igarapé Preto em avião cedido pela Mineração. Essa equipe, através de ofício, informa o órgão que recomendou aos índios da irregularidade da garimpagem manual de cassiterita e que oficiou comerciantes locais da ilegalidade de manterem comércio direto com os Tenharin (OF nº 004/ADV/8a. DR/FUNAI).

A FUNAI e a Mineração Taboca S/A acertaram então que a última compraria dos Tenharin a cassiterita apreendida. Em 30 de março de 1984 a Mineração pagou aos Tenharin a importância de Cr\$ 3.832.000,00 por 958 kg de concentrado de cassiterita dos quais foram abatidos Cr\$ 800.000,00 pagos ao comerciante Francisco Saraiva Alencar que lhes havia fornecido mercadorias e Cr\$ 100.000,00 que a empresa havia dado aos Tenharin em 29/03/84 na sede da Delegacia da FUNAI.

As tensões continuam e com o intuito de acalmar os índios, o gerente da mineradora - dessa vez sem a intermediação da FUNAI - se compromete a construir 13 casas de madeira e passa a pagar u-

ma indenização mensal de 6.000,00 cruzeiros a serem divididos proporcionalmente entre os oito grupos familiares que integram a comunidade.

No final de 1984 a FUNAI designou um funcionário para o Igarapé Preto com a incumbência de acompanhar os pagamentos da mineração. Esse funcionário permaneceu na área de janeiro a julho de 1985, período em que trocou o marmiteix por um rancho ^{conseguiu} e que a mineração aumentasse a indenização mensal para 8.711 cruzeiros. No final de 1985 a mineração iniciou nova ampliação de área derrubando novos castanhais e seringais. Os índios se opuseram e, após novo acordo proposto pela Mineração, a cota foi aumentada para 15 mil cruzeiros.

Em 1985 o mesmo GT coordenado pelo antropólogo consultor do Polonoroeste que propôs a atual área aprovada para o Marmelos, identificou a área Tenharin do Igarapé Preto. Foi proposta uma área de 79.500 ha que não recebeu a aprovação do Grupo Interministerial e ao que consta, o Conselho de Segurança Nacional pediu vistas ao Processo.

No final de 1986 a Mineração desativou a lavra de nº 3 que se encontra parcialmente esgotada, devido à baixa do preço do estanho no Mercado Internacional. Transferiu parte de seu maquinário para a Mineração São Francisco mas deixou vigilantes na área, mantendo o mesmo controle anterior. Incidem ainda sobre a Área Indígena do Igarapé Preto, aproximadamente mais 30.000 ha ainda não explorados que contam com alvarás do DNPM em favor da empresa Taboca Mineradora S/A.

1. - A Situação Atual dos Tenharin do Igarapé Preto

Após a paralização das atividades da empresa no final de 1986 foi cortado o rancho fornecido mensalmente aos índios bem como a assistência na área de saúde. Foram cortados também a água e a energia elétrica. As estradas estão precárias e as pontes ruindo.

A empresa está removendo parte dos maquinários e a infraestrutura do tipo farmácia e viaturas está sendo desativada.

Do pessoal da empresa encontram-se na área 7 vigilantes, 1 cozinheiro e um atendente de enfermagem que se limita a aplicar injeções. A situação de saúde é grave pois vários índios estão com pneumonia. Segundo informações da FUNAI, durante todos esses anos a mineradora se encarregou das vacinações sobre as quais não existem relatórios, e as duas primeiras visitas da EVS ao Igarapé Preto foram em 86.

Os índios estão se alimentando basicamente de peixe e farinha e trocando demais produtos alimentícios por pequenas quantida-

des de minério que conseguem garimpar manualmente. Em junho de 1987 a FUNAI enviou um rancho para os índios, após a criação de um PI para o Igarapé Preto.

Os desmatamentos realizados pela mineradora até o momento revolveram 3 cemitérios, atingiram o território de roças, caça e coleta, derrubaram 2.205 árvores entre castanhais e seringais, atingiu uma franja de 200 metros de largura em cada margem do igarapé, vasculhou-se o leito do Igarapé Preto, etc. Enfim, transformaram a área Tenharin do Igarapé Preto numa região devastada, esburacada e insalubre.

Diante dessa situação, algumas providências se fazem fundamentais:

1. é necessário dar prosseguimento ao processo de homologação e demarcação da área Tenharin do Igarapé Preto;
2. como a empresa suspendeu de fato a exploração de cassiterita e portanto deve ter entrado com pedido de desativação da lavra nº 3 no DNPM, é fundamental que esse órgão não forneça outros alvarás

de lavra nã área Tenharin;

3. que seja movido um processo de indenização do solo a ser pago em reflorestamento, de 2.500 castanhais e seringais mais a madeira utilizada para lenha para alimentar a usina (uma tora a cada 03 minutos) conforme informações pessoais de Miguel Menendez);
4. que seja movido um processo de indenização sobre a exploração do sub-solo baseado nos lucros anuais obtidos pela empresa, conforme relatórios para o DNPM.

IV - DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

A Transamazônica cortou as terras Tenharin em 1971 atravessando áreas agrícolas (terra preta), castanhais e seringais que além de pertencer aos Tenharin como um todo, pertencem em particular a um(s) grupo(s) de família(s) extensa(s) conforme a ocupação tradicional que esses índios de fala Tupi fazem de seus territórios, elemento mesmo de sua organização social. De todo um território ocupado de forma alternada em diferentes épocas do ano, as terras aproveitáveis para a agricultura, castanhais, seringais e locais para extração de sorva ao longo dos cursos dos rios Marmelos, Preto e seus afluentes, estão distribuídos entre os diversos núcleos familiares.

Os índios, atraídos pelos utensílios do tipo faca, panela, café, fósforo, etc., encontrados nos acampamentos do pessoal que trabalhava na construção da estrada (DNER), passaram a frequentá-la assiduamente, em especial porque essa parte da Transamazônica se entrava então dentro de suas próprias terras.

Estimulados por Delfim Bento da Silva, seringueiro, "pa-
trão e compadre" e principal intermediário entre os Tenharin e socie-
dade envolvente durante longos anos, mudaram sua aldeia para a Tran-
samazônica.

Na mudança, carregaram inclusive ossos de parentes que
enterraram no campinho, atual lugar de roça do Tuxáua Alexandre, co-
mo veremos mais adiante.

Atualmente os Tenharin distribuem seus grupos familiares
pelos dois lados da estrada e mantêm seus "acampamentos" de caça, pes-
ca e atividades extrativistas, numa mobilidade própria de uma econo-
mia adaptada à floresta tropical.

Nessa nova vida de "beira de estrada", os Tenharin diver-
sificam suas relações comerciais com a população regional.

Numa relação de troca desigual, sempre com prejuízo para
os Tenharin, os produtos extrativos foram sendo trocados ao longo des-
ses anos por mercadorias industrializadas, no valor estabelecido pe-
los marreteiros ou em regime de crédito com os comerciantes de Humai

tã. Gradativamente, produtos agrícolas como por exemplo o arroz e a farinha de mandioca, foram sendo introduzidos ou intensificados na agricultura Tenharin, estimulados pela demanda do mercado local.

Essas relações foram se estabelecendo sem a intermediação da FUNAI e pode-se dizer que os Tenharin sobreviveram até hoje sem o auxílio da tutela, pois desde a data de criação do PI em 1979, apenas o período de 79/82 contou com chefe de posto permanente. Nesse período, o PI se ocupou da comercialização de arroz, castanha do Pará, farinha de mandioca e sorva. Conforme os relatórios do funcionário Félix, os índios até então estavam vivendo na dependência de comerciantes de Humaitã que lhes concediam um pequeno crédito para ser resgatado por ocasião da safra de castanha e sorva...". Uma vez efetuado o pagamento de débito contraído no período da entre-safra, não sobrava nada para garantir o sustento dos índios e os mesmos voltavam a contrair novos débitos (Brito, F. Parente-Funai-OF s/n/79).

Se por um lado foram enganados, por outro aprenderam sozinho a sobreviver dentro do mercado regional e a assistência atual

da FUNAI deve se orientar no sentido de muní-los dos instrumentos ne
cessários para enfrentar, em condições de igualdade, as relações co-
merciais locais e não enfraquecer a autonomia conquistada incentivan
do relações de dependência com o órgão tutor.

Além disso, entendemos que a assistência da FUNAI na área
Tenharin deve se orientar por uma noção de "desenvolvimento" que vi-
se o bem estar e a reprodução daquela etnia enquanto grupo diferenci
ado.

Nesse sentido, parece-nos apropriado mencionar aqui as
concepções do Centro de Trabalho Indigenista-CTI. Conforme Gilberto
Azanha "... no tocante à questão do que vem a ser o 'desenvolvimento'
de uma sociedade indígena, alguns pontos conceituais devem desde já
ficar bem marcados:

- 1º) - o lugar da atividade produtiva dentro das sociedades indígenas
está determinado pelo ciclo ritual; isto quer dizer que um
'mais' na produção — um 'excedente' — está voltado muito mais
para o incremento da atividade ritual do que para o mero 'comér

cio'; é inviável aumentar a produção em busca de excedentes em detrimento da atividade ritual; mas é possível conjurar a atividade ritual com o aumento de produção desde que o 'excedente' assim obtido reverta para o incremento da própria atividade ritual;

- 2º) - desenvolvimento no sentido lato significa melhoria nas condições de vida de uma pop (decréscimo da taxa de mortalidade; elevação do padrão alimentar, etc.). Nas sociedades indígenas tais melhorias só podem ser alcançadas quando o ethos (sua diferença frente a nós) destas sociedades é mantido: as roças indígenas, apesar de experimentar em mudanças, são conservadoras; neste sentido o 'desenvolvimento' aqui só pode ser pensado como um progresso na manutenção da tradição (o 'novo' ali desagrega); o estímulo para a elevação do padrão de vida das populações indígenas deverá ser dado, portanto, na atividade ritual." (Azanha, Gilberto - Relatório interno do Centro de Trabalho Indigenista, mimeo., 1987).

No início de 1987 o atual chefe do PI Tenharin, Sr. Antô-
 nio José, organizou, juntamente com os índios, duas roças grandes de
 milho, abóbora e banana, com vistas a comercialização. As turmas —
 cada qual liderada por um chefe de família extensa — foram divididas
 conforme os moradores de um e outro lado da estrada. A primeira roça
 de aproximadamente 2.000 m² está a 1 km de distância do PI. A segunda,
 sob a liderança do tuxãua Alexandre, tem aproximadamente 10.000 m²
 de terra preta e dista 10 km do PI. Ambas as roças margeiam a estrada.

A estrada para a aldeia Tenharin funciona como um divi-
 sor espacial dos grupos de parentesco e facilita a comercialização de
 seus produtos. Se por um lado, é bastante preocupante o fato dos Te-
 nharin viverem na beira da Transamazônica, por outro temos que consi-
 derar que dada a falta de assistência durante todos esses anos, os
 índios foram forçados a recorrer a caronas para socorrer seus doen-
 tes.

No momento os índios não têm a menor intenção de transfe-
 rir a aldeia para o interior da mata. Ao contrário, o que mais dese-

jam é dispor de instrumentos que lhes permita enfrentar a estrada em condições menos adversas que as atuais.

A dependência e dificuldade da carona é uma questão problemática no cotidiano Tenharin devido ao forte preconceito dos regionais.

É preciso reverter essa situação e garantir a independência e mobilidade dos Tenharin através da compra de um caminhão com a qual, aliás, a FUNAI já está comprometida há 2 anos. O caminhão permite o transporte de doentes graves, permite o escoamento da produção extrativa e agrícola, etc.

A nosso ver, o "sucesso" das roças coletivas com as quais os Tenharin estão envolvidos no momento depende em muito das possibilidades de venda da produção e do uso de parte da mesma (do milho, por exemplo) para a realização dos rituais e o trabalho da FUNAI na área deve se comprometer com essa orientação.

V. S A Ú D E

A catapora, a gripe e a tosse de "guariba" (tuberculose), foram os principais responsáveis pela drástica redução populacional Tenharim do período pós-contato, conforme informações dos próprios índios. Mais recentemente, a malária atacou os Tenharim e só no ano de 1985 foram registrados mais de 30 casos.

Estimados em aproximadamente 2.000 pessoas, nas primeiras décadas do século XX, somavam 225 indivíduos em 1984. (Menendez, Miguel - Relatório de Avaliação da Situação Atual dos Tenharim (Kawahwa) do Rio Marmelos, est. Amazonas - 1984). A população atual da aldeia do Marmelos é de 173 índios (somavam 94 em 1984), sendo que aos 15 nascimentos registrados, a partir de 1984, acrescentam-se famílias inteiras que se deslocaram do Igarapé Preto.

Esse histórico bastante vago e impreciso. que não nos per

mite tecer quaisquer considerações sobre a evolução do estado de saúde de desses índios, vem se somar ao quadro de tantos outros grupos indígenas localizados em território brasileiro. Nesse sentido, parece-nos extremamente apropriada a consideração da Escola Paulista de Medicina para o Parque Nacional do Xingú de que o aumento vegetativo das populações indígenas - medido apenas pelo índice de mortalidade — interpretado como melhora no estado de saúde é "... passível de ressalvas pois outros fatores poderiam contribuir para o acrêscimo populacional. Nesse sentido basta lembrar que, tradicionalmente, até um passado não muito distante, os grupos indígenas limitavam o número de filhos a dois ou três por casal, prática esta imposta pelas próprias condições de vida e de dificuldades encontradas para assegurar a subsistência do grupo familiar. Tal conduta vem sendo abandonada e atualmente se observa um maior número de filhos por casal, fato este que evidentemente pode concorrer para o aumento da população." (Depto. de Medicina Preventiva. Escola Paulista de Medicina - Proposta para o Plano de Saúde a ser implantado no Parque Nacional do Xingu, SP., dezembro/1983).

Se levarmos em consideração que os Tenharin nunca receberam uma assistência médica sistemática, parece-nos razoável acrescentar ao aumento de filhos a aquisição de uma certa resistência às doenças epidêmicas que foi sendo adquirida ao longo desses 40 anos.

A Assistência de saúde prestada aos Tenharin desde a época do contato com a sociedade envolvente pode ser resumida da seguinte maneira:

- 1972 - Duas missionárias do Summer Institute of Linguistics - SIL instalam-se na área e passam a fornecer, de maneira intermitente, medicamentos e serviços básicos de enfermagem. Infelizmente, a FUNAI não dispõe até o momento de relatórios da missão relatando as doenças mais graves, o combate às epidemias e o acompanhamento dos doentes que possam auxiliar num planejamento médico para o Tenharim.
- 1979 - A FUNAI instala o PI Tenharim na aldeia do Marmelos e o atendimento médico se limita a distribuição de remédios e

coleta de amostras de sangue para o controle da malária.

- ? - A SUCAM realiza, frequentemente, borrifações contra o mosquito da malária, nas aldeias.

- ? - Equipes de médicos e dentistas da Fundação Projeto Rondon que atuam no Campus Avançado da UNESP, em Humaitã, realizam visitas esporádicas aos Tenharim.

Na ocasião de nossa permanência na área, em maio de 1987, uma equipe do Projeto Rondon, composta por 5 estudantes de medicina e odontologia, visitou a aldeia Tenharim do Marmelos. Foram realizadas várias extrações de dentes (algumas, com complicações hemorrágicas após a saída da equipe) e consultas médicas ligeiras.

O Projeto Rondon também costuma apoiar, eventualmente, os Tenharim com alojamento e comida, quando estes recorrem ao hospital de Humaitã. Os índios empreendem essas idas à Humaitã por conta própria e a internação nesse hospital vem se mostrando bastante eficaz, conforme depoimentos dos

próprios índios.

1986 - A equipe de EVS da FUNAI visitou em 1986 as áreas Tenharim do Marmelos e do Igarapé Preto e aplicou as seguintes vacinas: SABIN, OPT, Toxoide Tetânico, BCG e Anti-Sarampo.

Na ocasião foi realizado também levantamento médico com cadastramento em fichas padrões da Escola Paulista de Medicina, bem como avaliação do estado geral de saúde da população. Conforme informações pessoais do Dr. João Moreira Jr., quando de nossa visita à Porto Velho em maio de 1987, a EVS não estava conseguindo cumprir o cronograma de trabalho proposto (viagens à área a cada 3 meses) por dificuldades de transporte e falta de recursos.

Por todo o exposto, fica claro que os Tenharim nunca receberam uma assistência médica contínua e sistemática, nem sequer ao nível emergencial. Evidentemente, não estamos de acordo com a assistência emergencial esporádica que, à base de fortes antibióti-

cos, sem o devido acompanhamento e alimentada no "mistério" da injeção, consegue apenas, na melhor das hipóteses, evitar a morte.

Nesse sentido, entendemos que dada a recente inclusão da área Tenharim no Programa Polonoroeste, é necessário tentar um novo planejamento médico que transcenda o nível da emergência e inclua práticas preventivas, que trabalhe a questão de higiene básica e realize levantamentos sobre as doenças de maior incidência na área.

No caso Tenharim, parte desse trabalho apresenta relativas facilidades dado o tempo de contato (o fato da grande maioria dos índios falarem o português) à proximidade da estrada e uma certa resistência já adquirida às moléstias infecciosas. Por outro lado, apresenta dificuldades como, por exemplo, o "vício" de remédios, que precisa ser combatido através de um agente de Saúde competente, devidamente acoplado a um trabalho de Educação.

Evidentemente não é nada fácil a implantação desse tipo de programa. Pesquisamos material de experiências médicas implanta

das em outras áreas indígenas do Brasil e pareceu-nos bastante útil, à nível ideal, a experiência, já mencionada, da Escola Paulista de Medicina da qual utilizamos algumas considerações e proposições de ordem geral:

CONSIDERAÇÕES:

1. dificuldade de assistência médica contínua;
2. alta rotatividade de pessoal;
3. descontinuidade de supervisão médica;
4. precariedade das farmácias;
5. dificuldade de transporte;
6. necessidade de um programa de saúde.

PROPOSIÇÕES:

1. o atendente deslocado para a área necessita de curso preparató
rio;
2. estabelecer um sistema de registros na área que permaneça no
posto;
3. controle de saída e retorno dos índios para tratamento especial
lizado, acompanhado de boletim médico e prescrições;
4. rodízio, cursos de aperfeiçoamento e estágios para o pessoal
médico;
5. controle de tuberculose e malária, através da coleta de lâminas
a ser realizado com frequência pelo atendente;
6. condições para realização de pequenos atos cirúrgicos;
7. previsão alimentar para o período de internação;
8. definição de medicamentos essenciais adaptada às necessidades
locais;

9. controle frequente do estoque de medicamentos;
10. previsão de combustível para o transporte de doentes.

Ciente das dificuldades de implantação de um Programa de Saúde de desse tipo, o que não impede que o mesmo comece a ser implantado desde já, parece-nos conveniente algumas providências imediatas!

a) - a aquisição de um veículo que sirva à comunidade no sentido de retirar os doentes em estado grave e transportá-los à Humaitá, sem depender de carona na beira da estrada. Há vários anos os índios vem contando com esse tipo de alternativa, aliás bem mais razoável do que transportar doentes à Porto Velho, que implica em maior risco de vida e é muito mais dispendioso. Porto Velho só seria usado como alternativa no caso de Humaitá não ter condições de resolver o problema. Essa proposta de atendimento local e portanto de uma certa descentralização da medicina como único caminho para um atendimento preventivo está aliás de acordo com as resoluções da 8a. Conferência Nacional de Saúde,

realizada em Brasília em novembro de 1986.

Além disso, os índios se referem ao hospital de Humaitã com bastante simpatia pois são bem tratados e os médicos permitem que os pais permaneçam juntos aos filhos.

- b) - Para que esse tipo de atendimento possa ser agilizado, é necessário que a FUNAI faça um convênio com o hospital de Humaitã, para que os índios possam recorrer a esse esquema, independentemente da presença de funcionários da FUNAI na área.

VI - EDUCAÇÃO ESCOLAR

Os Tenharin nunca receberam educação escolar por parte da FUNAI, embora o PI conte com uma escola devidamente equipada desde 1980.

Trabalhos de alfabetização bilingue são realizados há vários anos, junto às crianças, pelas missionárias do SIL. Segundo as missionárias Helen e Lavera, as meninas costumam abandonar rapidamente os estudos para casar. Quanto aos meninos, só os filhos das famílias mais "importantes" seguem adiante e o ensino se mostra mais eficaz quando ministrado individualmente. Em outras palavras, segundo esse método e conforme a proposta missionária de tradução da Bíblia e formação de intérpretes, apenas algumas crianças dedicam-se aos estudos.

De um modo geral, as expectativas dos índios, no momento, em relação à escola, não ultrapassa o nível da alfabetização e, principalmente, da matemática básica.

A FUNAI em Porto Velho não dispõe de um setor de educação que adote um programa mínimo adaptado ao índio.

A Administração Regional conta com 3 professoras, uma delas atualmente no PI Tenharim. Quando de nossa visita à área, os trabalhos na escola ainda não haviam se iniciado e a professora, bastante bem intencionada, trabalhava num planejamento escolar que incluía Ciências e Estudos Sociais a partir de livros que encontrava nas livrarias de Porto Velho.

Sugerimos que, ao invés de se começar o trabalho de alfabetização da comunidade como um todo por um caminho que fatalmente levará ao desestímulo, como mostram inúmeras experiências do mesmo tipo, a Administração de Porto Velho estabeleça contatos e solicite assessoria das Administrações de Vilhena e do Acre que vêm acumulando boas experiências nessa área de educação.

VII - BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA SERRA, Ricardo Franco - Mato Grosso. Navegação do rio Tapajós para o Pará. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 9/1847, 2a. ed: 1-6, RJ, 1869.

ALVES, Gerson da Silva - MEMO nº 027/FUNAI/1985. Informação da área indígena Tenharim Transamazônica ao Grupo Interministerial.

BRITO, Felix Parente - OF S/N/82/FUNAI

informação sobre a visita de advogados do INCRA para tratar da instalação do subposto Pirahã.

OF/S/N/1979/FUNAI

informação sobre invasões na área Tenharim e sobre necessidades do PI

CARRAMILO FILHO, Cloves e outros. INCRA/1982

colonos solicitam providências quanto à presença de índios Pirahã.

COUDREAU, Henri. Viagem ao Tapajós. Belo Horizonte, Itatiaia/Ed. da USP/1977.

FARIA, Celso Lubachesqui. Projeto Fundiário Humaitã. INCRA/1979.

KRACKE, Wand. Emotions and personality in Parintintim politics: a study of political structures and commotive leadership in.

LEVI-STRAUSS, Claude. The Tupi - Cawahib. In Steward, J. (ed) Handbook of South American Indians, III : 299-305. Washington, Bureau of American Ethnology, Bulletin 143, 1948.

Documents Tupi - Cawahib - Miscellanea

Paul Rivet octogenario Dicata, II : 323-338, México, 1958.

MEIRELLES, A. OF 162/8a.DR/82/FUNAI

MENENDEZ, Miguel. Relatório de Avaliação da Situação atual dos Tenharim (Kawahiwa) do rio Marmelos (FIPE), Mimeo., São Paulo, 1984.

Uma contribuição para a Etno-História da área Tapajós-Madeira

Relatório de atividades desenvolvidas na área indígena Tenharim da 8a.DR, Mimeo., Araraquara, 1985.

Relatório de viagem aos índios Tenharim, mimeo., São Paulo, 1985.

MENDES, Artur Nobre - INF 336/PROC. FUNAI/BSB/5065/79.

MOREIRA JR., João. Relatório de viagem à área Tenharim do Marmelos - EUS/ADR/PUH/86/
FUNAI

Relatório de viagem à área do Igarapé Preto - EUS/8a.DR/RO - nº 1/1986/FUNAI.

NIMUENDAJU, Curt. Os Índios Parintintim: journal de la Sociêté des Américanistes, N.S., XVI : 201-278, Paris, 1924.

- As tribus do alto Madeira. Journal de las Sociêté des Américanistes, N.S., XVII : 137-172, Paris, 1925.

- Os Tapajós, Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, 10:93-106. Belém, Pará, 1949.

RONDON, Cândido Mariano da Silva. Índios do Brasil, Iª do centro, noroeste e sul de Mato Grosso. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Proteção aos Índios, 1946.

ROQUETTE - PINTO, Edgard. Rondônia. 5a. edição, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1950.

SPIX, Johann B. von & MARTIUS, Carl F. P. von. Viagem pelo Brasil, 1817-1820, São Paulo, Melhoramentos/INL, 1976, 3 vols.

VIII - A N E X O S

ANEXO 1

Informação de 1985 do DNPM à FUNAI referente à pedidos de Pesquisa, Alvarás de Pesquisas outorgados e Portarias de Concessão de Lavra entre a Longitude 61 graus a 61 graus 30'w e Latitude 8 graus 30' a 9 graus.

PEDIDOS DE PESQUISA

- 860.243/81 - Mineração Itacira
- 860.244/81 - Mineração Itacira
- 860.245/81 - Mineração Itacira
- 860.247/81 - Mineração Centro Leste Ltda
- 860.511/82 - SOPEMI
- 866.536/83 - Cia. Industrial Anaconense
- 867.053/83 - Minas da Trindade
- 880.639/82 - Jatapú Mineração Ind. e Comércio
- 880.238/83 - Mineração Itararé Ltda.
- 880.239/83 - Mineração Itararé Ltda.
- 880.585/83 - Mineração Itabuna
- 880.586/83 - Mineração Itabuna
- 880.587/83 - Mineração Itabuna
- 880.700/83 - Mineração Itapevi
- 880.875/84 - Edelwiss Min. do Brasil Ltda.
- 880.876/84 - Edelwiss Min. do Brasil Ltda.

LAVRAS CONCEDIDAS

816.569/69 - Mineração Taboca S/A.

816.570/69 - Mineração Taboca S/A.

ALVARÁS DE PESQUISA OUTORGADOS

860.216/81 - Mineração Itaperuna

880.546/81 - Canoas Min. e Comércio

880.321/81 - Mineração Noroeste

880.206/82 - Kilditon da Amazonia

ANEXO 2

Áreas de Mineração Taboca S/A - Relatório de Miguel Menendez, 1985.

4 (quatro) áreas de 10.000 ha cada.

ÁREA 3

DNPM nº 816/569/69

- Alvará de Pesquisa nº 914 D.O.U. 12.01.70
- Decreto de Lavra nº 80.639. D.O.U. 31.10.70
- Grupamento Mineiro nº 980.624/79 (Mineração Taboca S/A)

ÁREA 4

DNPM nº 816.570/69

- Alvará de Pesquisa nº 915 - D.O.U. 12.01.70
- Decreto de Lavra nº 70.658 - D.O.U. 31.05.72
- Grupamento Mineiro nº 980.624/79 (Mineração Taboca S/A)

ÁREA 5

DNPM nº 880.546/81

- Alvará de Pesquisa nº 5.716 - D.O.U. 16/11/82
(Canoas Mineração e Comércio)

ÁREA 6

DNPM nº 880/639/82

- Alvará de Pesquisa nº 269 - D.O.U. 21/01/85
(Jatapu Mineração Ind. e Comércio)

ANEXO 3

Informação do DNPM - maio de 1987.

SISTEMA CÓDIGO DE MINERAÇÃO - SICOM

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

REQUERENTE: Mineração Taboca S/A

Sigla:

Processo: 69/816570

CGC: 34019992/0001-10

Endereço:

Avenida Carlos Gomes 2504

São Cristovão Cx. Postal 0000000

Porto Velho (Capital)

CEP: 78900 Telex: 00000692134 UF: RO

Fone (069) 2213323

DATA DO PROTOCOLO . 01/09/69

Desmembramento: 00/000000 ****-00/000000

***** Processos Englobados *****

Diplomas Legais:

DLAV 72/070658 31/05/72

Exigência : 030 dias 07/05/80

Grupamento: 79/980624 0050

*****Processos Grupados*****

PROCESSO ATIVO

21/08/80 - 28/11/80

SISTEMA DE CÓDIGO DE MINERAÇÃO - SICOM
 DADOS SOBRE A ÁREA REQUERIDA

REQUERENTE : Mineração Taboca S/A

Sigla: *****

Hectares: 10000,0000

Processo 69/816570

CGC: 34019992/0001-10

Localização

Município	Distrito	UF
Novo Aripuana	Novo Aripuana	AM

Nome do Local: Igarape Preto

Condição de Propriedade

Processo Ativo

21/08/80 - 28/11/80

SISTEMA CÓDIGO DE MINERAÇÃO - SICOM
 HISTÓRICO DO PROCESSO (EVENTOS)

Requerente: Mineração Taboca S/A

Sigla:

Processo: 69/816570

CGC: 34019992/0001-10

1.00	Autorização de Pesquisa / Requer Protocolo	01/09/69	01
4.00	Portaria de Concessão de Lavra Publicada	31/05/72	02
4.50	Averbação / Arrend Dir Lavra Efet	17/05/76	03
4.18	Relatório Anual Lavra Ano Base Apresent	25/05/76	04
4.18	Relatório Anual Lavra Ano Base Apresent	15/03/77	05
4.60	Concessão Lavra/Multa Aplicada/Publicado	15/08/79	06
4.61	Multa Paga (Fase Lavra)	20/09/79	07
4.81	Grupamento Mineiro Requerido	28/09/79	08
4.18	Relatório Anual Lavra Ano Base Apresent	13/03/80	UV

PROCESSO ATIVO

21/08/80 - 28/11/80

SISTEMA CÓDIGO DE MINERAÇÃO - SICOM
SUBSTÂNCIAS REQUERIDAS

REQUERENTE: MINERAÇÃO TABOCA S/A

SIGLA:
PROCESSO : 69/816570
CGC: 34019992/0001-10

SUBSTÂNCIA	CÓDIGO	CLASSE
Cassiterita	101104	Subs. Minerais Metalíferas

PROCESSO ATIVO

21/08/80 - 28/11/80

SISTEMA CÓDIGO DE MINERAÇÃO - SICOM
IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

REQUERENTE : MINERAÇÃO TABOCA S/A

SIGLA:
PROCESSO : 69/816569
CGC: 34019992/0001-10

ENDEREÇO:
Av. Carlos Gomes, 2504
São Cristóvão CX. Postal: 0000000
Porto Velho (Capital)
CEP: 78900 Telex: 00000692134 UF: RO

**** DIPLOMAS LEGAIS ****

DLAV 77/080639 31/10/77

Fone (069) 2213323

Data do Protocolo : 01/09/69

Exigência: 000 dias 00/00/00

Desmembramento: 00/000000 ****-00/000000

Grupamento: 79/980624 0050

***** PROCESSOS ENGLOBALADOS ****

**** PROCESSOS GRUPADOS ****

PROCESSO ATIVO

18/06/81 - 21/06/85

SISTEMA CÓDIGO DE MINERAÇÃO - SICOM
DADOS SOBRE A ÁREA REQUERIDA

REQUERENTE: MINERAÇÃO TABOCA S/A

SIGLA: *****
PROCESSO: 69/816569
CGC: 34019992/0001-10

Hectares : 10000,0000

Localização:

Município:
Novo Aripuana

Distrito:
Novo Aripuana

UF:
AM

Nome do Local: IGARAPE PRETO

CONDIÇÃO DE PROPRIEDADE

PROCESSO ATIVO

18/06/81 - 21/06/85

SISTEMA CÓDIGO DE MINERAÇÃO - SICOM
DADOS REFERENTES AO ORÇAMENTO

REQUERENTE : MINERAÇÃO TABOCA S/A

SIGLA:
PROCESSO : 69/816569
CGC: 34019992/0001-10

Infraestrutura	: 0	Sondagens	: 0
Topografia	: 0	Anal. Quimica	: 0
Geologia	: 0	Anal. Fisica	: 0
Trincheiras	: 0	Beneficiamento	: 0
Geoquimica	: 0	Galerias	: 0
Geofísica	: 0	Lavra Experimental	: 0
Outros	: 0		

ORÇAMENTO TOTAL : 0

VALORES EM MILHARES DE CRUZEIROS

PROCESSO ATIVO

18/06/81 - 21/06/85

SISTEMA CÓDIGO DE MINERAÇÃO - SICOM
HISTÓRICO DO PROCESSO (EVENTOS)

REQUERENTE : MINERAÇÃO TABOCA S/A

SIGLA:
PROCESSO : 69/816569
CGC: 34019992/0001-10

1.00	Autorização de Pesquisa/ Requer Protocol	01/09/69	01
2.01	Alvara de Pesquisa Publicado	12/01/70	02
2.09	Início de Pesquisa Comunicado	30/07/70	03
2.99	Relat Pesq Aprov / 30A CM Publ	19/01/73	04
4.00	Portaria de Concessão de Lavra Publicada	31/10/77	05
4.03	Imissão de Posse Requerida	27/02/78	06
4.59	Concessão Lavra/Auto Infração/Publicado	28/06/79	07
4.60	Concessão Lavra/Multa Aplicada/Publicado	05/09/79	08
4.61	Multa Paga (Fase Lavra)	20/09/79	09
4.50	Averbação / Arrend Dir Lavra Efet	26/09/79	10
4.81	Grupamento Mineiro Requerido	28/09/79	11
4.06	Imissão de Posse/Edital Publicado	26/10/79	12
4.57	Concessão Lavra/Advertência/Publicado	14/01/80	13
4.18	Relatório Anual Lavra Ano Base Apresent	13/03/80	14
4.55	Averbação / Oneração Dir Lavra Aprov Pub	15/04/80	15

Tela 1 / 2

PROCESSO ATIVO

18/06/81 - 21/06/85

SISTEMA CÓDIGO DE MINERAÇÃO - SICOM
HISTORICO DO PROCESSO (EVENTOS)

REQUERENTE : MINERAÇÃO TABOCA S/A

SIGLA:
PROCESSO: 69/816569
CGC: 34019992/0001-10

4.55	Averbação / Oneração Dir Lavra Aprov Pub	15/04/80	16
4.06	Imissão de Posse/Edital Publicado	04/06/81	UV

Tela 2 / 2

PROCESSO ATIVO

18/06/81 - 21/06/85

SISTEMA CODIGO DE MINERAÇÃO - SICOM
SUBSTANCIAS REQUERIDAS

REQUERENTE : MINERAÇÃO TABOCA S/A

SIGLA:
PROCESSO: 69/816569
CGC: 34019992/0001-10

Substância:	Código:	Classe:
Cassiterita	101104	Subs. Minerais Metaliferas

PROCESSO ATIVO

18/06/81 - 21/06/85

SISTEMA CODIGO DE MINERAÇÃO - SICOM
IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

REQUERENTE : MINERAÇÃO TABOCA S/A

SIGLA:
PROCESSO: 79/980624
CGC: 99010385/9999-99

ENDEREÇO

**** DIPLOMAS LEGAIS ****
GRUP 80/000050 14/11/80

CX. Postal 0000000

CEP: 00000 Telex: 00000000000 UF:
Fone: (000) 0000000

DATA DO PROTOCOLO : 28/09/79

DESMEMBRAMENTO: 00/000000 ****-00/000000
***** PROCESSOS ENLOBADOS *****

EXIGENCIA: 000 Dias 00/00/00
GRUPAMENTO: 00/000000 0000
**** PROCESSOS GRUPADOS ****
69/816569 69/816570

SISTEMA CODIGO DE MINERAAO - SICOM
IDENTIFICAAO DO REQUERENTE

REQUERENTE : MINERAAO TABOCA S/A

SIGLA:
PROCESSO: 79/980624
CGC: 99010385/9999-99

ENDEREO:

**** DIPLOMAS LEGAIS ****
GRUP 80/000050 14/11/80

CX. Postal: 0000000

CEP: 00000 Telex: 00000000000 UF:
Fone (000) 0000000

DATA DO PROTOCOLO : 28/09/79

EXIGENCIA: 000 DIAS 00/00/00
GRUPAMENTO: 00/000000 0000
**** PROCESSOS GRUPADOS ****
69/816569 69/816570

DESMEMBRAMENTO: 00/000000 ****-00/000000
***** PROCESSOS ENLOBADOS *****

PROCESSO ATIVO

22/08/85 - 07/08/86

SISTEMA CODIGO DE MINERAAO - SICOM
DADOS SOBRE A AREA REQUERIDA

REQUERENTE : MINERAAO TABOCA S/A

SIGLA: *****
PROCESSO: 79/980624
CGC : 99010385/9999-99

HECTARES : 0,0000

LOCALIZAAO:

Municpio:
Novo Aripuana

Distrito:
Novo Aripuana

UF:
AM

NOME DO LOCAL - Igarape Preto

CONDIAO DE PROPRIEDADE:

PROCESSO ATIVO

SISTEMA CODIGO DE MINERAÇÃO - SICOM
HISTORICO DO PROCESSO (EVENTOS)

22/08/85 - 07/08/86

REQUERENTE: MINERAÇÃO TABOCA S/A

SIGLA:
PROCESSO: 79/980624
CGC: 99010385/9999-99

4.81	Grupamento Mineiro Requerido	28/09/79	01
4.82	Grupamento Mineiro Constituido/Publicado	14/11/80	02
4.18	Relatorio Anual Lavra Ano Base Apresent	12/03/82	03
4.18	Relatorio Anual Lavra Ano Base Apresent	15/03/83	04
4.18	Relatorio Anual Lavra Ano Base Apresent	14/03/84	05
4.24	Relatorio Reavaliação Reserva Apresent	14/08/84	06
4.73	Concessão Lavra/Exigencia Cumprida	20/12/84	07
4.18	Relatorio Anual Lavra Ano Base Apresent	15/03/85	08
4.25	Relatorio Reavaliação Aprovado/Publicado	26/04/85	09
4.18	Relatorio Anual Lavra Ano Base Apresent	17/03/86	UV

Tela 1 / 1

PROCESSO ATIVO

SISTEMA CODIGO DE MINERAÇÃO - SICOM
SUBSTANCIAS REQUERIDAS

22/08/85 - 07/08/86

REQUERENTE : MINERAÇÃO TABOCA S/A

SIGLA:
PROCESSO: 79/980624
CGC: 99010385/9999-99

Substância:	Código:	Classe:
Cassiterita	101104	Subs. Minerais Metaliferas

PROCESSO ATIVO

SISTEMA CODIGO DE MINERAÇÃO - SICOM
ARRENDATARIOS E RESPONSVEL TECNICO

22/08/85 - 07/08/86

REQUERENTE: MINERAÇÃO TABOCA S/A

SIGLA:
PROCESSO: 79/980624
CGC: 99010385/9999-99

ARRENDATARIOS
CGC

RESPONSAVEL TECNICO

NOME: OCTAVIO CAVALCANTI LACOMBE

CPF: 250375528-34
REGISTRO: 05-7520-D

ENDEREÇO:

CX. Postal:

CEP: 00000 Telex: 00000000000 UF:
Fone: (000) 0000000

PROCESSO ATIVO

22/08/85 - 07/08/86

ANEXO 4

OVERLAY 26 De 13/04/87

Mineradoras requerentes dentro do perímetro da área indígena (ver mapa)

868 80 202	Lilly
868 80 203	Lilly
698 18 732	Jangada
858 80 4-- (?)	Apex
868 80 205	Lilly
868 80 204	Lilly
828 80 206	Kilditow
878 80 060	São Lourenço
698 155 69	Taboca
698 16 570	Taboca
818 80 546	Canoas
848 82 079	Itapevi